PROCESSO LICITATÓRIO: Nº003/FMI/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: Nº 002/FMI/2026.

O Município de Tijucas (SC), através do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, inscrito sob o CNPJ nº 26.708.668/0001-81, para conhecimento dos interessados, informa que a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, Portaria Municipal nº 2653/2026 reunir-se-ão na data, horário e ambiente eletrônico indicados neste Edital, para realizar licitação na modalidade **PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (menor preço por item)**, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais nº. 2123/2023 e nº. 2117/2023, e demais legislações complementares, observadas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1– DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. DA ABERTURA

1.1.1 Envio de proposta: a partir **das 12h00horas do dia 12/11/2026.**
1.1.2. Abertura da sessão: a partir das **09h00horas do dia 27/11/2026.**
1.1.3. Início da disputa: a partir das **09h01min do dia 27/11/2026.**

Na hipótese de não haver expediente na data acima, bem como, for declarado feriado ou fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente, transferido para o primeiro dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local, independentemente de aviso ou notificação aos interessados.

1.1.4. O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema web, no seguinte endereço eletrônico: www.licitardigital.com.br.
1.1.5. Todo e qualquer ato referente ao presente processo licitatório dar se á exclusivamente por meio eletrônico via internet.
1.1.6. A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela Internet, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação – em todas as etapas do certame.
1.1.7. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Secretaria de Administração, por intermédio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio.
1.1.8. Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo, denominados pregoeira e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema, por acesso restrito com login e senha no endereço eletrônico http: www.licitardigital.com.br
1.1.9. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.
1.1.10. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:
Anexo I – Termo de Referência e ETP em apenso – Estimativa de Preço.
Anexo II – Modelo de proposta de preços.
Anexo III – Modelo de declarações conjuntas.
Anexo IV – Modelo de declaração de enquadramento.
Anexo V – Modelo de declaração de habilitação.
Anexo VI – Modelo declaração de elaboração independente de proposta.
Anexo VII – Minuta ata de registro de preços.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

Anexo VIII – Termo de adesão ao sistema de pregão eletrônico da Licitar Digital.
Anexo IX – Declaração de Inexistência de Parentesco
Anexo X – Minuta do contrato de prestação de serviços de transporte.

2 – DA LICITAÇÃO

2.1 Do Objeto

2.1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte por micro-ônibus e ônibus, com disponibilização de motoristas, destinados aos grupos de idosos vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Tijucas/SC**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

2.2 Da Execução da Licitação

2.2.1. O processamento da licitação pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio será na qualidade de Interveniente Promotora, destinando se o objeto licitado a atender às necessidades **através do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.**

3 – Modo de Disputa: Aberto/Fechado

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, com objeto social pertinente e compatível com o certame, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.
4.2. Os itens desta licitação serão destinados à ampla participação, não havendo exclusividade para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas. Será assegurado o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 às licitantes que atendam aos requisitos legais e às condições estabelecidas neste Edital.
4.3. Para usufruir do tratamento favorecido, a licitante deverá declarar seu enquadramento em campo próprio do sistema eletrônico e apresentar a documentação prevista nos subitens seguintes, observados os limites e impedimentos legais. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha restrição, assegurado o prazo de regularização previsto neste Edital.
4.3.1. Certidão Simplificada da Junta Comercial do estado sede da licitante, comprovando a condição de ME ou EPP, expedida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data marcada para a abertura das propostas.
4.3.2. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.
4.3.3. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
4.3.4. Os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 não serão aplicados ao item cujo valor estimado ultrapasse a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
4.4. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

4.4.1. A participação em consórcio dependerá da apresentação de compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder responsável por sua representação perante a Administração.
4.4.2. Para a habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para a habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, observados os requisitos deste Edital e o acréscimo previsto no subitem 13.9.8.
4.4.3. É vedada a participação de empresa consorciada, nesta licitação, em mais de um consórcio ou de forma isolada.
4.4.4. Os integrantes responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na execução contratual.
4.4.5. O licitante vencedor deverá promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado e do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
4.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Tijucas/SC, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
4.6. Não poderão disputar essa licitação:
4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
4.6.3. O responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
4.8. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
4.10. Equiparam se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
4.11. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
4.13. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
4.14. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
4.15. Empresas penalizadas com sanção administrativa de:
a) Impedimento de licitar e contratar junto ao ente federativo que tiver aplicado a sanção, nos termos do Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
4.16. A participação na licitação implica, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o Edital, automaticamente, na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos enviados em qualquer fase da licitação, não cabendo, portanto, posterior reclamação.
4.17. Não poderão participar empresas em processo de falência, dissolução ou liquidação, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.
4.17.1. A recuperação judicial ou extrajudicial não constituirá, por si só, impedimento à participação. A licitante nessa condição deverá demonstrar sua aptidão econômico-financeira e o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, mediante documentação pertinente à sua situação, admitida a realização de diligências para esclarecimento e comprovação de sua capacidade de execução contratual.

5 – DAS ATRIBUIÇÕES DA PREGOEIRA

5.1 Coordenar o processo licitatório;
5.2. Receber, examinar e, quando necessário, encaminhar as impugnações devidamente instruídas à autoridade superior;
5.3. Receber, examinar e responder os questionamentos ao edital e seus anexos, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
5.4. Conduzir a sessão pública na internet e os trabalhos da equipe de apoio;
5.5. Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
5.6. Dirigir a etapa de lances;
5.7. Verificar e julgar as condições de habilitação;
5.8. Receber a documentação adicional quando necessário;
5.9. Receber e analisar o recurso interposto, podendo reconsiderar sua decisão no prazo legal, ou, caso mantenha o posicionamento, encaminhá-lo devidamente instruído à autoridade superior para deliberação, observando o rito previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021;
5.10 Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para adjudicação e homologação e contratação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

6 - DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES

6.1 O Edital estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Tijucas – SC (http://www.tijucas.sc.gov.br) e no Portal Licitar Digital, no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP.
6.2. As empresas interessadas em participar do certame licitatório em epígrafe, deverão estar atentas às informações disponibilizadas pelo Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Tijucas – SC (http://www.tijucas.sc.gov.br) e no Portal Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), a qualquer momento, em virtude de esclarecimentos, erratas ou outras informações relevantes acerca do processo licitatório em curso.
6.3. A Prefeitura Municipal não se responsabilizará pelos editais, suas planilhas, formulários e demais informações, obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do disposto acima.
6.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Tijucas/SC - www.tijucas.sc.gov.br.

7 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

7.1. Os interessados deverão realizar seu credenciamento no Portal Licitar Digital, diretamente ou por representante devidamente autorizado, com poderes para apresentar propostas, formular lances e praticar os demais atos do procedimento.
7.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases. O credenciamento dar se á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal Licitar Digital www.licitardigital.com.br.
7.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas no Portal: www.licitardigital.com.br também deverão informar se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
7.4. A participação do licitante neste Pregão Eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao Licitar Digital a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;
7.5. O acesso do operador ao certame, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
7.6. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer licitação eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Licitar Digital.
7.7. O licitante responsabiliza se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
7.8. O credenciamento no provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica. Dessa forma, é de inteira responsabilidade do licitante conhecer e utilizar corretamente o sistema, assumindo os riscos decorrentes de eventuais falhas operacionais, usos indevidos ou erros durante qualquer fase do processo licitatório.
7.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
7.10. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

7.11. Nos casos de dificuldades ou falhas no acesso ao sistema, desconexões, erros de autenticação ou bloqueio de acesso, não caberá ao órgão promotor da licitação a responsabilidade sobre a prestação de suporte ou por eventuais perdas decorrentes da perda de negócios diante da impossibilidade de acesso.
7.12. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através do Portal Licitar Digital, pelo e-mail www.licitardigital.com.br.
7.13. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.
7.14. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL LICITAR DIGITAL e mantê-los atualizados nos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
7.15. Não havendo expediente na data marcada ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data prevista, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do agente de contratação em contrário, por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.
7.16. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Eletrônico na mesma data de abertura, e em face de decisão do Agente de contratação, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia (s) subsequente (s).
7.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
7.18. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
7.19. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
7.20. Quando a representação não decorrer diretamente dos atos constitutivos da licitante, deverá ser apresentado instrumento de mandato que atribua ao representante poderes para atuar no certame.
7.21. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e;
7.22. A proposta deverá conter a descrição dos serviços ofertados, em conformidade com as especificações e condições deste Edital e do Termo de Referência, acompanhada dos respectivos preços. Não será exigida a apresentação ordinária de catálogos, fichas técnicas, amostras ou demonstração dos serviços juntamente com a proposta. Poderão ser realizadas diligências motivadas para esclarecer informações e verificar a conformidade da oferta, sem criação de requisitos não previstos no instrumento convocatório.
7.23. Recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos pelo Licitar Digital.
7.23.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma do Licitar Digital, a título de remuneração pela utilização dos sistemas, ficará a cargo do Licitante a escolha do plano, que pagará ao Portal Licitar Digital, provedora do sistema eletrônico, em conformidade com o regulamento operacional da Portal Licitar Digital, anexos VIII.
7.24. Os trabalhos serão conduzidos por Agente de contratação designado pelo Município de Tijucas - SC.
7.25. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de contratação em contrário.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

7.26. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: (31) 3191-0707 ou através da LICITAR DIGITAL, pelo site: https://licitardigital.com.br.

8 – DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. A participação no pregão eletrônico dar se á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
8.1.1. O sistema de licitações estará disponível no endereço http: www.licitardigital.com.br na área de acesso restrito.
8.1.2. Efetuado login no Sistema, o fornecedor somente irá visualizar os editais em que esteja cadastrado ou faço o cadastro.

8.2. **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:**

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
( ) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos.
8.2.1. Quando o licitante for beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.
8.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.
8.2.3. Será concedido o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, dispostos nos Artigos 42 a 49 da Lei

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

Complementar Federal nº 123/2006, bem como o disposto no Artigo 4º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2.4. A utilização do tratamento favorecido dependerá do atendimento aos requisitos de enquadramento e aos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto ao valor estimado do item e ao montante dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

8.2.5 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2.6 Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.2.7 Os licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

8.2.8. Os licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

9 – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

9.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, aos licitantes interessados deverão cadastrar a proposta até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, quando, então, encerrar se á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

9.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente enviada.

9.3. A proposta não poderá ter prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

9.4. Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida indicando o valor unitário e total, expressos em reais, com no máximo 02 (duas) casas decimais no campo “valor da proposta”.

9.5. No valor da proposta devem estar inclusos todos os custos com a remuneração, encargos sociais, operacionais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, bem como taxas, impostos, fretes, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

9.6. A proposta de preços deverá respeitar as especificações constantes neste edital e seus Anexos.

9.7. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “chat” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

9.8. A licitante vencedora do certame deverá ajustar sua proposta no Sistema eletrônico, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 02 (horas), contados a partir da convocação da pregoeira.

9.8.1 A proposta reformulada será firme e precisa, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado.

9.8.2 Nos preços incluem-se, além do lucro, todos os custos e despesas com tributos incidentes, materiais, serviços, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

9.8.3 Em caso de divergência entre os valores unitários e valores globais serão considerados os primeiros, estando autorizada a Pregoeira a proceder aos cálculos aritméticos para obtenção do valor global, cujo resultado não poderá ser a maior do que o preço já registrado no Portal, sob pena de desclassificação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

9.8.4. A proposta reformulada deverá identificar os itens ofertados, descrever os serviços de transporte e indicar os preços unitários por quilômetro e os valores totais correspondentes, observadas as especificações do Termo de Referência.
9.8.5. A reprodução das especificações técnicas do Edital ou do Termo de Referência não constituirá, por si só, motivo de desclassificação, desde que a proposta permita identificar o objeto ofertado e demonstre atendimento às condições exigidas, admitido o saneamento de falhas formais que não alterem sua substância.
9.8.6 Todos os documentos deverão ser assinados por representante legal ou pessoa legalmente habilitada, sob pena de desclassificação;
9.9. Quando por lote, o valor readequado não poderá ser superior àquele oferecido.
9.10. As propostas apresentadas serão irretratáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.
9.11. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições deste Edital, assim como a sua ausência implica à desclassificação.
9.12. O licitante não poderá identificar se (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.) no cadastro da proposta no sistema, sob pena de desclassificação.
9.12.1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante, **importa na desclassificação da proposta,** sem prejuízo das sanções previstas no Edital.
9.13. O Edital e seus anexos deverão ser interpretados de forma conjunta. Eventuais divergências serão esclarecidas pela Administração, mediante manifestação formal divulgada aos interessados, com retificação e reabertura do prazo de apresentação das propostas quando a alteração comprometer sua formulação.

10 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

10.1. Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pela pregoeira.
10.2. Verificando se o adiamento da sessão pública do pregão, a pregoeira determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.
10.3. A pregoeira poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.
10.4. No caso de desconexão da pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
10.5. Quando a desconexão da pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

11 – DA DISPUTA E DA CONDUÇÃO DO CERTAME

11.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo agente de contratação, que atuará mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico: **www.licitardigital.com.br**.
11.2. Todas as referências de tempo do Edital, do Aviso e da Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
11.3. A operacionalidade do Sistema se fará por meio do Portal: www.licitardigital.com.br, no qual as Licitantes deverão informar se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
11.3.1. Todos os prazos serão contados a partir das publicações no Portal Licitar Digital.
11.3.2. O Portal Licitar Digital se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado.
11.3.3. A fase externa do Pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Portal Licitar Digital, nos veículos oficiais e no sítio oficial do município.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

11.4. As informações referentes à condução do processo licitatório também poderão ser acompanhadas no site da Prefeitura de Municipal de Tijucas – SC ((http://www.tijucas.sc.gov.br).
11.5. O encaminhamento da proposta e dos documentos pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
11.5.1. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances.
11.6. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.
11.7. A abertura da sessão pública deste certame Eletrônico, conduzida pelo agente de contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: **www.licitardigital.com.br.**
11.8. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via chat, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e mail.
11.9. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
11.10. Somente os licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.
11.11. A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

12 – DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

12.1. A partir do horário previsto no edital terá início á sessão pública do pregão eletrônico, momento em que o Sistema disponibilizará campo próprio (Chat) para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.
12.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, a não identificação do licitante no cadastro inicial da proposta.
12.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
12.3. As propostas apresentadas com o mesmo valor serão ordenadas automaticamente pelo sistema, por meio de sorteio eletrônico.
12.3.1. Será considerada como primeiro lance a proposta inicial apresentada.
12.4. Os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
12.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos somente inferiores ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.
12.5.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.
12.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
12.6.1. O Sistema não identificará os autores dos lances.
12.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
12.8. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
12.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

12.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
12.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar se á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
12.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
12.13. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
12.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
12.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
12.16. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
12.17. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
12.18. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
12.19. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
12.20. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
12.21. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 12.20, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
12.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
12.23. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
12.24. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar se á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
12.25. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
12.26. Depois de encerrados, automaticamente, os itens/lotes para a recepção de lances, por comando da pregoeira, encerrar se á a fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via chat iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

12.27. O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006. Na sequência a pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
12.28. Deverá a pregoeira, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha enviado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
12.28.1. A negociação será realizada por intermédio do Sistema de troca de mensagens (chat), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
12.29. Ocorrendo o empate será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
12.29.1. Entende se por empate aquelas situações em que as propostas/lances enviados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificado, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.
12.29.2. Ocorrendo o empate, proceder se á da seguinte forma:
a) o Sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;
b) o Sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, momento que abrirá campo para recepção de lances, para enviar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
c) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, será realizado sorteio automático entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá enviar melhor oferta.
12.30. O disposto no subitem 12.29 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido enviada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
12.31. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 12.29, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedor do certame.
12.32. Iniciada a etapa de habilitação da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no item 13 deste edital.
12.33. Concluídos o julgamento da proposta e a habilitação, a Pregoeira declarará o licitante vencedor, assegurando aos participantes o exercício do direito de recurso na forma deste Edital. Encerrada a fase recursal, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
12.34. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.
12.35. **A pregoeira habilitará o sistema, com registro via chat, para que o licitante mais bem classificado envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada e no prazo de 02 horas, constando:**
I. Valores unitários e totais readequados ao valor total representado pelo lance vencedor;
II. Razão Social da empresa;
III. Endereço completo e atualizado;
IV. Telefone para contato;
V. Endereço de e-mail;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

VI. Representante legal da empresa (nome, cpf, rg, cargo/função na empresa, telefones de contato);
VII. Dados bancários:
a) Banco (nº e nome do banco para pagamento);
b) nº da agência bancária com dígito;
c) nº da conta bancária com dígito;
12.36. O documento referido no subitem 12.35, deverá ser inserido como Anexo no Sistema Eletrônico a contar da convocação da pregoeira, via "CHAT" no prazo máximo de 02 horas.

12.37. **MODOS DE DISPUTA**

12.37.1. Para fins de esclarecimento das regras aplicáveis ao sistema eletrônico, apresentam-se, nos subitens seguintes, os modos de disputa admitidos na regulamentação aplicável. O modo de disputa efetivamente adotado neste certame será aquele expressamente indicado no item 3 deste Edital:

12.37.2. ABERTO:

12.37.2.1. Caso adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com o lance final e fechado.
12.37.2.1.1. A etapa de lances da sessão terá duração inicial de 10 (dez) minutos para os lances livres, abertos e sucessivos, sendo que havendo lances nos últimos 2 (dois) minutos da disputa, a etapa será automaticamente prorrogada por mais 2 (dois) minutos. Quando não houver novo lance, passados os 2 (dois) minutos últimos, o sistema encerrará a competição.
12.37.2.1.2. Finalizada a etapa de lances aberto, o sistema ordenará os melhores valores por ordem de vantajosidade. A proposta inicial também é considerada o primeiro lance.
12.37.3. ABERTO E FECHADO: Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.
12.37.3.1. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, durante os quais os licitantes serão informados, em tempo real, do valor da melhor oferta registrada, vedada a identificação do licitante.
12.37.3.2. Encerrado o prazo, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas com valores até dez por cento àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
12.37.3.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições deste edital, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
12.37.3.4. Encerrados os prazos estabelecidos neste edital, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade.
12.37.3.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos deste edital, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa.
12.37.3.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

12.37.4. FECHADO E ABERTO:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

12.37.4.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"FECHADO E ABERTO"**, serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.
12.37.4.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos e sucessivos.
12.37.4.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
12.37.4.4. Após o reinício**,** os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.
Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.
12.37.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
12.37.5. O eventual reinício da etapa fechada observará as hipóteses e condições dos subitens 12.37.3.5 e 12.37.3.6, mediante decisão motivada da Pregoeira, respeitada a ordem de classificação, vedada a reabertura automática e indiscriminada da disputa.

13 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos exigidos para habilitação, inclusive aqueles que eventualmente constem no Certificado de Registro Cadastral da Administração ou no SICAF, deverão ser apresentados por meio eletrônico, após a convocação pela Pregoeira, o licitante melhor classificado deverá encaminhar via sistema, através de campo próprio no Portal Licitar Digital, os documentos de habilitação e complementares, no prazo de 2 (duas) horas, após a convocação pela pregoeira, prorrogável por igual período, sendo que poderá ocorrer nas seguintes situações:
I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
II - de oficio, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.
13.2. A pregoeira e equipe de apoio, verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova.
13.3. Da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte:
13.3.1 A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem restrição (documento vencido) no Certificado de Cadastro de Fornecedores, deverá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
13.3.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

13.4. Os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista exigidos deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.
13.5. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando se as sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

13.6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.6.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal licitar, e ainda nos seguintes cadastros:
13.6.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
13.6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);
13.6.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
13.6.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0
13.6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
13.6.3. Identificado registro de sanção, a Pregoeira verificará sua vigência, seu alcance e sua aplicabilidade à presente licitação, assegurada manifestação do interessado quando necessária. O licitante será excluído por falta de condição de participação apenas quando comprovado impedimento aplicável ao certame ou à contratação.
13.6.4. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento das propostas e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
13.6.5. Os documentos necessários para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme os dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021 e específicos do objeto:

13.7. DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

13.7.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
13.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
13.7.3 No caso de sociedade limitada unipessoal – SLU, deverá ser apresentado o ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado do documento comprobatório da nomeação de seu(s) administrador(es), quando esta não constar do próprio ato constitutivo;
13.7.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
13.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
13.7.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o Art. 107 da Lei n°5.764, de 1971;
13.7.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do Art. 2°, §3° do Decreto nº 11.802 de 2023;
13.7.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110 de 2022 (Arts. 15 a 23 e 146);
13.7.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
13.7.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
13.7.11 Certidão específica, emitida pela Junta Comercial, devidamente atualizada com os protocolos registrados na Junta Comercial pela empresa.
13.7.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
13.7.13 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
13.7.14. Comprovação de que a empresa se encontra regularmente autorizada a exercer suas atividades, mediante apresentação do Alvará de Localização e Funcionamento ou documento equivalente emitido pelo órgão competente do município de sua sede, quando exigido pela legislação local, válido e vigente na data de apresentação dos documentos de habilitação. O documento deverá comprovar que a empresa está autorizada a exercer as atividades compatíveis com o objeto da licitação, em conformidade com o seu contrato social ou estatuto e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas — CNAE, quando aplicável.

13.8. DOCUMENTAÇÃO FISCAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA

13.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
13.8.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n° 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
13.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
13.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943 e (Inciso incluído pela Lei 12.440 de 2011) www.tst.gov.br.
13.8.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
13.8.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9. DOCUMENTAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.9.1 Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, observada a exceção prevista do §6 do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, já exigíveis e apresentados na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) junto ao Sistema Público

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

de Escrituração Digital (SPED), nos termos da Instrução Normativa n° 2.003/2021-RFB, suas exceções e alterações (assinados pelos contabilistas registrados no conselho, com apresentação do respectivo certificado de registro; e pelo titular ou representante legal da entidade);

13.9.1.1 No caso de empresa constituída como Sociedade Anônima, deverá obrigatoriamente, comprovar que o Balanço Patrimonial está arquivado na Junta Comercial da Sede ou Domicílio do licitante, conforme Art. 289, §5°, da Lei nº 6.404/76, assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

13.9.1.2 A empresa que se enquadre em alguma das exceções previstas na Instrução Normativa n° 2.003/2021-RFB e suas alterações poderá apresentar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, juntamente com a comprovação de arquivamento na entidade/órgão competente da sede ou domicílio do licitante, assinadas pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com apresentação da respectiva certidão;

13.9.1.3 A comprovação da boa situação de liquidez será feita através da demonstração, com base no balanço, e através de memória de cálculo assinada por profissional devidamente habilitado em contabilidade, de que atende ao seguinte índice financeiro, igual ou maior a 1 (um):

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

13.9.2 No caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, a exigência do Balanço Patrimonial será atendida mediante apresentação do Balanço de Abertura;

13.9.2.1 A comprovação de boa situação financeira da empresa constituída no mesmo exercício financeiro será baseada na obtenção do índice de Solvência Geral (S) igual ou maior a 1 (um), calculado e demonstrado pelo licitante, por meio da seguinte fórmula:

$$\text{SOLVÊNCIA GERAL} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

13.9.3 Deverá comprovar ainda a existência de patrimônio líquido mínimo ou capital social mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado, nos termos do Artigo 69, §4° da Lei nº 14.133/2021, cuja verificação deverá ser feita pela Pregoeira com base no balanço patrimonial do último exercício;

13.9.3.1. Fica dispensado do atendimento à exigência prevista no subitem 13.9.3 o Microempreendedor Individual (MEI) que, na forma da legislação aplicável, seja legalmente dispensado da elaboração e apresentação de balanço patrimonial.

13.9.4 O Pregoeiro deverá realizar consulta a base de dados da Receita Federal, com o propósito de verificar a existência de Escrituração Contábil Digital – ECD. Caso positivo, o licitante deverá apresentá-lo junto a documentação de habilitação, mesmo estando desobrigado da apresentação do SPED junto a Receita Federal, sob pena de inabilitação.

13.9.5 Certidão Negativa Estadual de Falência e Recuperação de Crédito ou documento equivalente expedido pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça do domicílio ou da sede do licitante, com seu prazo de validade em vigor;

13.9.6 Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei n°11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

13.9.7 As certidões onde não constar, expressamente, o seu prazo de validade, a Comissão de Contratação e pregoeira irão considerar o prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de sua expedição.

13.9.8 Em caso de participação como Consórcio, deverá ser acrescido 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para a habilitação econômico-financeira neste edital, conforme disposto no artigo 15, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021.

13.9.8.1 O acréscimo previsto no subitem "13.9.8" não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

13.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.10.1 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa, de forma satisfatória, serviços de transporte coletivo de passageiros, com características semelhantes ao objeto licitado;

13.10.2 Relação dos veículos que serão utilizados na prestação dos serviços, contendo marca, modelo, ano de fabricação (igual ou superior a 2015), considerando a necessidade de garantir condições adequadas de segurança, conservação, conforto e confiabilidade dos veículos, bem como reduzir os riscos de falhas mecânicas e interrupções na prestação dos serviços, e capacidade de passageiros, acompanhada de declaração formal de disponibilidade dos veículos para a execução dos serviços;

13.10.3 Cópias dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV, em nome da empresa ou acompanhados de contratos de locação válidos;

13.10.4 Comprovação de que todos os veículos estão devidamente registrados, licenciados, segurados e com vistoria técnica veicular atualizada, expedida pelo órgão de trânsito competente (DETRAN ou outro órgão autorizado);

13.10.5 Apólice de seguro de responsabilidade civil contratual (para acidentes com passageiros), válida, cobrindo todos os veículos e passageiros transportados;

13.10.6 Declaração formal de disponibilidade dos motoristas que serão designados para a prestação dos serviços, assegurando que estes possuirão CNH categoria "D" ou superior, curso especializado para transporte coletivo de passageiros, quando exigido pela legislação vigente, e atendimento aos demais requisitos previstos nos art. 145 do Código de Trânsito Brasileiro e nas normas complementares aplicáveis;

13.10.7 Declaração de que os veículos disponibilizados para a prestação dos serviços atenderão às exigências previstas na legislação de trânsito aplicável, inclusive aos requisitos pertinentes dos art. 145 do Código de Trânsito Brasileiro, quando cabíveis, bem como ao requisito de ano de fabricação igual ou superior a 2015, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

13.11. Outros Documentos Obrigatórios

13.11.1. Declaração de cumprimento da legislação vigente aplicável ao transporte coletivo de passageiros, assegurando que os veículos disponibilizados para a execução dos serviços atendem às normas de segurança, conforto e acessibilidade, sempre que aplicável;

13.11.2. Declaração de ciência e aceitação integral de todas as condições estabelecidas

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

no edital e seus anexos, responsabilizando-se pela execução dos serviços de transporte conforme as solicitações e itinerários definidos pela Administração Municipal;

13.11.3. Declaração de que os veículos utilizados na prestação dos serviços possuem todos os equipamentos obrigatórios de segurança exigidos pela legislação de trânsito vigente, incluindo cintos de segurança, extintores de incêndio, sinalização adequada e demais itens obrigatórios;

13.11.4. Declaração de que a empresa manterá canal de comunicação disponível para contato com a Administração Municipal, visando o atendimento de solicitações, comunicação de ocorrências e suporte durante a execução dos serviços;

13.11.5. Declaração de que os serviços de transporte serão prestados com segurança, pontualidade, regularidade e em conformidade com as condições estabelecidas pela Administração, garantindo adequado atendimento aos grupos de idosos participantes das atividades promovidas pelo FundoMunicipal dos Direitos do Idoso.

13.11.6. Declaração de inexistência de impedimentos legais para contratar com o Poder Público; declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.11.7. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas previstos na legislação vigente, conforme art. 63, § 1º; e, quando aplicável, declaração de enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), incluindo a declaração de observância dos limites legais para obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.12. DECLARAÇÕES

13.12.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto na Lei nº 13.146, de 2015 e inciso XVII do art. 92 e art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021. ANEXO III.

13.12.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. ANEXO III.

13.12.3. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição. ANEXO III.

13.12.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; ANEXO III.

13.12.5. Para o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.12.6. Declaração da própria empresa licitante de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos. A presente declaração deverá ser assinada pelo representante legal da licitante;

13.12.7. **Todos os documentos deverão ser apresentados na língua nacional do Brasil, ou original traduzido por tradutor oficial, por meio eletrônico, em até 02 (horas) após convocação da pregoeira via "Chat", inseridos como Anexos no Sistema eletrônico.**

13.12.8. Declaração de que a empresa dispõe de aparelhamento adequado e de pessoal técnico qualificado, em número compatível com a demanda do objeto licitado, para a plena e satisfatória execução dos serviços ou fornecimento dos bens;

13.12.9. Declaração de que a licitante observa integralmente as normas relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho, comprometendo-se a manter condições adequadas

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

de segurança, saúde e higiene no ambiente de trabalho durante a execução do objeto contratual.
13.12.10. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
13.12.11. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
13.12.12. Declaração de que a licitante se compromete a comunicar a esta Comissão contratação eventual fato impeditivo a sua participação na licitação, se ocorrer durante o procedimento licitatório. A presente declaração deverá ser assinada pelo representante legal da licitante.
13.12.13. Após o envio dos documentos, a pregoeira verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, caso necessite, os documentos com erros sanáveis ou faltantes, constituindo meio legal de prova.
13.12.14. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
13.12.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
13.12.16. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
13.12.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:
13.12.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
13.12.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
13.12.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
13.12.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira e equipe de apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este edital, apresentar o **"MENOR PREÇO (ITEM)".**
14.2. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
14.2.1. Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
14.2.2. Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
14.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
14.2.4. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências, o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
14.3. Não serão exigidas amostras, demonstração dos serviços ou prova de conceito. A conformidade da proposta será verificada com base nas especificações do Edital e do Termo de Referência, admitidas diligências motivadas para esclarecimento de informações e comprovação de sua exequibilidade.
14.4. Serão desclassificadas as propostas que:
a) não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
b) contiverem vícios insanáveis;
c) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
d) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
e) apresentarem preços unitários, totais, percentuais de desconto ou composição de custos distribuídos de forma desproporcional, artificial ou incompatível com os quantitativos, especificações, etapas de execução ou condições de mercado, de modo a comprometer a exequibilidade, a vantajosidade, o equilíbrio econômico-financeiro da proposta ou a futura execução contratual, inclusive quando caracterizado indício de jogo de planilha, vedada a desclassificação automática sem prévia análise técnica e, quando cabível, realização de diligência para comprovação da exequibilidade.
f) permanecerem, após a negociação, com preço unitário ou total do item superior ao respectivo valor máximo admitido neste Edital.
14.5. Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.
14.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
14.6.1. No caso dos serviços objeto desta licitação, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração constituem indício de inexequibilidade, sem desclassificação automática e sujeitos a diligência.
14.6.2. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:
I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

15. DO ENVIO DA PROPOSTA.

15.1. A proposta reformulada será firme e precisa, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado.
15.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.
15.3. A proposta de preços reformulada deverá conter todos os elementos e especificações em conformidade com o Termo de Referência (Anexo I), sob pena de desclassificação do licitante.
15.3.1. A proposta deverá apresentar os preços unitários por quilômetro e os valores totais dos itens ofertados, conforme o Anexo II. Havendo necessidade de verificar sua exequibilidade, a Pregoeira poderá solicitar, mediante diligência motivada, composição dos custos e documentos pertinentes, compatíveis com a natureza do serviço.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

15.4. A proposta readequada ao último lance ou ao valor negociado deverá ser encaminhada pelo sistema eletrônico no prazo de 2 (duas) horas contado da convocação da Pregoeira, observadas as condições de prorrogação previstas neste Edital. Os documentos de habilitação serão apresentados na forma do item 13.
15.5. A proposta de preços apresentada na forma do item anterior deverá conter preço unitário e global, bem como conter os preços em algarismos e por extenso;
15.5.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e valores globais serão considerados os primeiros, estando autorizado o Pregoeiro a proceder aos cálculos aritméticos para obtenção do valor global, cujo resultado não poderá ser a maior do que o preço já registrado no Portal Licitar Digital, sob pena de desclassificação.
15.6. Serão exigidos os documentos expressamente previstos neste Edital, sem prejuízo de diligências motivadas destinadas ao esclarecimento da proposta, observado o item 15.3.1.
15.7. A proposta reformulada deverá identificar os itens ofertados, descrever os serviços de transporte e indicar os preços unitários por quilômetro e os valores totais correspondentes, observadas as especificações do Termo de Referência.
15.7.1. A reprodução das especificações técnicas do Edital ou do Termo de Referência não constituirá, por si só, motivo de desclassificação, desde que a proposta permita identificar o objeto ofertado e demonstre atendimento às condições exigidas, admitido o saneamento de falhas formais que não alterem sua substância.
15.8. Todos os documentos deverão ser assinados por representantes legal ou pessoa legalmente habilitada, sob pena de desclassificação;
15.9. A proposta de preços reformulada deverá ser entregue conforme o modelo do Anexo II deste Edital.
15.10. Os preços ofertados deverão compreender todos os custos necessários à execução dos serviços, inclusive motoristas, encargos trabalhistas e previdenciários, combustível, manutenção, seguros, tributos e demais despesas incidentes, observadas a legislação aplicável, as normas coletivas pertinentes e as condições do Termo de Referência.
15.10.1. Eventual composição de custos solicitada em diligência deverá refletir a estrutura operacional e o regime tributário efetivamente aplicável à licitante. A análise considerará a exequibilidade da proposta em seu conjunto, sem imposição de percentual mínimo de lucro.

16 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

16.1. A Licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, no sítio do www.licitardigital.com.br, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021, em face de:
a) julgamento das propostas;
b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante.
16.1.1. A intenção de recorrer do julgamento das propostas e dos atos de habilitação ou inabilitação deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, no prazo de 15 (quinze) minutos disponibilizado pela Pregoeira, sob pena de preclusão. O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões será contado da intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, observado o art. 165, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
16.1.1.1. A ausência de manifestação tempestiva da intenção de recorrer implicará preclusão do direito recursal quanto ao respectivo ato. Encerrada a fase recursal, os autos serão encaminhados à autoridade competente para adjudicação e homologação.
16.1.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso a Agente de contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
16.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurado acesso aos elementos indispensáveis à defesa dos interesses dos licitantes.
16.3.É assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que estarão disponíveis no site da prefeitura de Tijucas: www.tijucas.sc.gov.br.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

16.4. As razões e contrarrazões serão apresentadas pelo sistema eletrônico, acompanhadas da comprovação dos poderes de representação quando ainda não demonstrados nos autos, observados os prazos e marcos iniciais previstos neste Edital.
16.4.1. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do que o estabelecido no item 16.4 deste edital.
16.5. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato ou proferiu a decisão recorrida. Não havendo reconsideração, será encaminhado, com a respectiva motivação, à autoridade superior competente, podendo o órgão de assessoramento jurídico subsidiar a decisão.
16.5.1. Se o agente de contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.
16.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
16.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.tijucas.sc.gov.br e www.licitardigital.com.br .
16.8. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão baixados do Portal Licitar Digital www.licitardigital.com.br e também serão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: www.tijucas.sc.gov.br.
16.9. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
16.10. O conhecimento dos recursos dependerá do atendimento aos pressupostos de admissibilidade aplicáveis, mediante decisão motivada. Não será exigida a apresentação antecipada das razões completas na manifestação da intenção de recorrer.
16.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, excluir se á o dia de início e incluir se á o do vencimento.
16.12. Quanto ao recurso advindo da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração deverá ser observado o regramento constante na Lei nº 14.133/2021.
16.13. Os prazos previstos neste EDITAL e seus ANEXOS iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.
16.14. A contagem dos prazos recursais observará os arts. 165 e 183 da Lei nº 14.133/2021 e as intimações e divulgações realizadas no sistema eletrônico, conforme o marco inicial próprio de cada ato.

17. DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.
17.2. A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.
17.3.Órgão Gerenciador é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.
17.4. Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.
17.5. O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Secretaria de Administração e Planejamento, através da Unidade de Contratos.
17.6. A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

17.7. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação.
17.7.1. O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o link para acesso.
17.7.2 É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.
17.8. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas mediante instrumento contratual, observadas as competências administrativas e as condições deste Edital, do Termo de Referência e da minuta contratual.

18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

18.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
18.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do termino do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.
18.3. O Licitante que for convocado para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluído.
18.4 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.
18.4.1. Será incluída na Ata de Registro de Preços, sob a forma de anexo, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.
18.4.2. No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Tijucas/SC convocará os demais proponentes, na ordem de classificação.
18.5. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas por instrumento contratual, conforme a minuta anexa ao Edital.
18.5.1. O fornecedor registrado será convocado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da convocação, admitida uma prorrogação por igual período, mediante solicitação tempestiva, justificada e aceita pela Administração.
18.5.2. As ordens de serviço individualizarão os deslocamentos autorizados e serão emitidas no âmbito do contrato, sem substituí-lo.

19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante comprovação da vantajosidade do preço e atendimento às condições legais e regulamentares aplicáveis.

20. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
20.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

a)convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b)frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
c)convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
20.3.Quando o preço de mercado tornar se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
20.4.A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.
20.5. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
20.6. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis durante 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, a ser identificada no instrumento contratual. Após esse interregno, será aplicado o IPCA, observadas as condições legais e regulamentares e a correspondente formalização. O reajuste não se confunde com a revisão extraordinária destinada ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:
b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) presentes razões de interesse público.
21.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
21.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Será incluída na Ata de Registro de Preços, sob a forma de anexo, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.
22.2. Após verificado pelo sistema se há fornecedores aptos ao Cadastro de Reserva, a autoridade competente convocará os licitantes, para no prazo de 24h manifestar interesse em aderir o Cadastro de Reserva.
22.3. O sistema enviará e-mail aos licitantes com propostas NÃO RECUSADAS para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado;
22.4.Compete exclusivamente ao licitante acompanhar a convocação no sistema eletrônico e registrar sua intenção de participar do Cadastro de Reserva dentro do prazo concedido pela autoridade competente, sob pena de não participação do procedimento.
22.5.A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
22.6. Havendo dois ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

22.7.A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assinar a Ata de Registro de Preços ou tenha seu registro cancelado.
22.8.O Cadastro de Reserva não obriga a administração à contratação.
22.9. Os fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva estão vinculados as cláusulas da Ata de Registro de Preços.

23. DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Caso o licitante classificado em primeiro lugar não assine a Ata de Registro de Preços ou não apresente situação regular no ato da assinatura, será examinado o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação do certame.
23.2. A Pregoeira procederá a análise dos documentos e proposta de preços atualizados dos licitantes que manifestaram interesse no Cadastro de Reserva.
23.2.1. A convocação para apresentação dos documentos e proposta de preços será realizada através de Ofício, para o e-mail indicado na proposta de preços ou no Sicaf.
23.2.2. O prazo para envio dos documentos de habilitação e proposta de preços atualizados será de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do Ofício.
23.2.3. A análise dos integrantes do cadastro de reserva observará as mesmas condições de proposta e habilitação previstas para os demais licitantes, sem exigência de amostras, demonstração dos serviços ou prova de conceito.
23.2.4. Após verificados os documentos, será realizada ata de deliberação, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município.
23.2.5. Após a publicação da ata de deliberação, será emitida nova Ata de Registro de Preços.

24. DA CONTRATAÇÃO

24.1. A prestação dos **serviços será formalizada mediante contrato celebrado com o fornecedor registrado, observadas a minuta contratual integrante do Edital**, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta adjudicada.
24.2. Os contratos decorrentes desta Ata poderão ser alterados nas hipóteses e nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021. Para esta licitação, não será admitido acréscimo dos quantitativos originalmente registrados na Ata, observada a regulamentação municipal aplicável.
24.3. As contratações decorrentes do registro de preços observarão a Lei nº 14.133/2021, a regulamentação municipal aplicável e as condições deste Edital e de seus anexos.
24.4. As condições de pagamento estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I) e neste Edital.
24.5. O licitante mais bem colocado, ou o fornecedor, no caso de contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 14.133/21 e neste edital.
24.6. O prazo previsto no item 24.5 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou fornecedor convocado, desde que a solicitação seja justificada e dentro do prazo, e a justificativa seja aceita pela Administração.
24.7. Caso o adjudicatário não assine a Ata no prazo estabelecido, inclusive eventual prorrogação deferida, a Administração poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições legalmente aplicáveis, sem prejuízo da apuração de responsabilidade do convocado.
24.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes do cadastro de reserva aceitar a contratação, nos termos do item 24.7, a Administração, poderá convocar os licitantes remanescentes que mantiverem sua proposta original, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, OU, adjudicar e firmar contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

24.8. A existência de preços registrados implicará em compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
24.9. Em caso de adjudicação a formalização de contrato, a contratada não poderá em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.
24.9.1. A contratada deverá manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
24.10. A contratação decorrente desta licitação atenderá as disposições e regramentos contidas no artigo 89 e seguintes da Lei nº 14.133/21, e poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 137 do mesmo diploma legal.
24.11. A rescisão do contrato provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas no artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.
24.12. A aquisição do produto, objeto do presente Edital ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte conforme previsto na legislação federal vigente.

25. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
25.1. Os serviços serão executados mediante solicitações formais, conforme programação do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, comunicada à contratada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
25.2. O veículo deverá apresentar-se no local de embarque com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, abastecido, limpo, higienizado e em condições adequadas de funcionamento e segurança, acompanhado de motorista habilitado.
25.3. Os deslocamentos poderão ser intramunicipais, intermunicipais ou interestaduais. Quando exigíveis, as autorizações ou licenças específicas deverão ser apresentadas antes do início da viagem.
25.4. A medição observará a quilometragem efetivamente percorrida na viagem autorizada, comprovada pelas leituras inicial e final do hodômetro, relatório de execução e ordem de serviço, com início no primeiro embarque e término no último desembarque autorizado.
25.5. Os deslocamentos entre a garagem e o primeiro embarque e entre o último desembarque e a garagem não serão computados, ressalvada previsão expressa no instrumento convocatório e na composição do preço estimado, nos termos do Termo de Referência.
25.6. É vedada a subcontratação do objeto.
25.7. Aplicam-se integralmente as demais condições técnicas e operacionais do Termo de Referência.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
26.1. As despesas decorrentes das contratações efetivadas com base na Ata correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das unidades requisitantes, observadas a disponibilidade financeira e a previsão orçamentária vigente. A dotação correspondente será indicada na formalização de cada contratação.

27. DO PAGAMENTO
27.1. Os pagamentos serão realizados de forma parcelada, pelos serviços efetivamente executados, mediante apresentação de nota fiscal acompanhada dos relatórios de execução, das ordens de serviço e dos documentos exigidos no Termo de Referência. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços e do ateste da nota fiscal, desde que a documentação esteja regular e não existam pendências impeditivas da liquidação.
27.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado.
27.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

27.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
27.4.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
27.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/ 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
27.6. Para fins de pagamento, a Contabilidade realizará consulta a todas as regras deste edital e seus anexos.
27.7. Identificados erros ou ausência de documentos necessários à liquidação, a contratada será comunicada para providenciar a regularização. Após a reapresentação, a Administração realizará nova análise em até 5 (cinco) dias úteis e, estando regular a documentação, dará prosseguimento à liquidação e ao pagamento, observadas as condições do Termo de Referência.

28. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
28.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;
28.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
28.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
28.1.2.2. Recusar se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
28.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
28.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital, quando configurada infração administrativa imputável ao licitante.
28.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
28.1.3.1. Recusar se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
28.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
28.1.5. Fraudar a licitação
28.1.6. Comportar se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
28.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
28.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
28.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
28.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
28.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
28.2.1. Advertência;
28.2.2. Multa;
28.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
28.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, observados os requisitos legais de aplicação e reabilitação.
28.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
28.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
28.3.2. As peculiaridades do caso concreto
28.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
28.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

28.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
28.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
28.4.1. Para as infrações previstas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
28.4.2. Para as infrações previstas nos itens 28.1.4, 28.1.5, 28.1.6, 28.1.7 e 28.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
28.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
28.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
28.7. Á sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
28.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 28.1.4, 28.1.5, 28.1.6, 28.1.7 e 28.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
28.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido caracterizará descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções cabíveis, mediante processo administrativo com contraditório e ampla defesa.
28.10. Á apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
28.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
28.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
28.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
28.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE.

29. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

29.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, mediante documento formalizado e apresentado **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

29.2. A impugnação poderá ser apresentada por qualquer pessoa, devendo conter a identificação do impugnante e a exposição dos fundamentos do questionamento. Quando apresentada em nome de pessoa jurídica ou de terceiro, deverá ser demonstrada a representação pertinente. As impugnações intempestivas não serão conhecidas como tais, sem prejuízo da apuração de eventual ilegalidade pela Administração.
29.3. Não serão conhecidas as impugnações efetuadas por meio diverso do que o estabelecido neste edital.
29.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço www.licitardigital.com.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a administração.
29.5. As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o agente de contratação pode atribuir lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.
29.6. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.
29.7. O pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório será encaminhado ao agente de contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor. Contatos podem ser realizados pelo Portal no endereço www.licitardigital.com.br.
29.8. O Agente de contratação poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e orçamento estimado, para fins de resposta aos questionamentos apresentados

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

30.1. A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.
30.2. É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, no interesse da Administração:
30.2.1. Em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
30.2.2. Solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinado a fundamentar suas decisões;
30.2.3. Sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no credenciamento, na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
30.3. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes.
30.4. A presente licitação poderá ser revogada por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
30.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir se á o dia do início e incluir se á o do vencimento.
30.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
30.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
30.8. Cópia deste Edital e informações sobre o andamento desta licitação estarão à disposição dos interessados no link (http://www.tijucas.sc.gov.br) na aba 'LICITAÇÕES' ou no endereço informado no preâmbulo.
30.09. Fica eleito o foro da Comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

Tijucas – SC,11 de novembro de 2026.

MARIA EDÉSIA DA SILVA VARGAS
Secretária Municipal de Assistência Social

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 003/FMI/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: Nº 002/FMI/2026

TERMO DE REFERÊNCIA -APENSO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ESTIMATIVA DE PREÇO

Item	Produto - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação Máxima - Unitária	Cotação Máxima - Total
1	CONTRATAçãO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAçãO DE SERVIçO DE TRANSPORTE DE INTEGRANTES DO GRUPO DA PESSOA IDOSA, MEDIANTE DISPONIBILIZAçãO DE MICRO-ôNIBUS OU ôNIBUS RODOVIáRIO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MíNIMA PARA 20 PASSAGEIROS SENTADOS, EQUIPADO COM SANITáRIO, AR-CONDICIONADO E CINTOS DE SEGURANçA, COM MOTORISTA FORNECIDO PELA EMPRESA, COM EMBARQUE E DESEMBARQUE NOS BAIRROS E LOCALIDADES DO MUNICíPIO DE TIJUCAS/SC, COMPREENDENDO AREIAS, CENTRO, JOáIA, NOVA DESCOBERTA, PERNAMBUCO, PRAçA, SANTA LUZIA, SUL DO RIO, UNIVERSITáRIO, XV DE NOVEMBRO, CAMPO NOVO, ITINGA, MORRETES, OLIVEIRA, TERRA NOVA E TIMBé, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAçãO.	7.500,00	15,76	118.200,00
2	CONTRATAçãO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAçãO DE SERVIçO DE TRANSPORTE DE INTEGRANTES DO GRUPO DA PESSOA IDOSA, MEDIANTE DISPONIBILIZAçãO DE ôNIBUS RODOVIáRIO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MíNIMA PARA 39 PASSAGEIROS SENTADOS, EQUIPADO COM SANITáRIO, AR-CONDICIONADO E CINTOS DE SEGURANçA, COM MOTORISTA FORNECIDO PELA EMPRESA, COM EMBARQUE E DESEMBARQUE NOS BAIRROS E LOCALIDADES DO MUNICíPIO DE TIJUCAS/SC, COMPREENDENDO AREIAS, CENTRO, JOáIA, NOVA DESCOBERTA, PERNAMBUCO, PRAçA, SANTA LUZIA, SUL DO RIO, UNIVERSITáRIO, XV DE NOVEMBRO, CAMPO NOVO, ITINGA, MORRETES, OLIVEIRA, TERRA NOVA E TIMBé, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAçãO.	7.500,00	18,61	139.575,00
				Soma:
				257.775,00

Valor Total: R$ 257.775,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº003/FMI/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: Nº002/FMI/2026

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação - **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO N°002**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:
NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
REPRESENTANTE e CARGO:
CPF:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2- OBJETO DA PROPOSTA (MODELO):

Item	**Descrição do** serviço **- Descrição**	**Unidade -Descrição**	**Quantidade licitada**	**Preço unitário ofertado por quilômetro**	**Valor total ofertado do item**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a **02 (duas) casas decimais.**
Valor total da proposta: R$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer todos os termos do Edital que rege a presente licitação.

4 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados conforme programação, locais, horários, itinerários, condições de medição e demais exigências estabelecidas **no Termo de Referência.**

5-VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De, no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6- PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Vigência: 12 (doze) meses.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.
(Local e Data)

_____
Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 003/FMI/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: Nº 002/FMI/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa _____ CNPJ _____ sediada na _____ telefone _____ e mail _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do pregão supramencionado, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) Detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988 e do art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021.

c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Inexistem fatos impeditivos de sua participação e habilitação, comprometendo-se a comunicar à Administração eventuais ocorrências supervenientes.

e) Declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto na Lei nº 13.146, de 2015 e inciso XVII do art. 92 e art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

f) Sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme o art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de _____.
Assinatura e carimbo do Representante Legal

A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº003/FMI/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: Nº002/FMI/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
(Somente para ME, EPP ou Cooperativa)

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada em _____, por intermédio de seu representante legal, para fins da Licitação nº 001/2026 – modalidade Pregão, DECLARA expressamente, sob as penas da lei, que:

· Encontra se enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma da LC nº 123/2006 e Lei n.º 11.488, art. 34.

· Tem conhecimento dos arts. 42 e 49, da Lei Complementar nº 123/2006, estando cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao inciso II do art. 70 da Lei 14.133/2021.

· Não está incursa em nenhuma das vedações do art. 3º. § 4º da Lei Complementar nº 123/2006.

· Preenche todos os requisitos da Lei Complementar n.º 123/2006.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do Representante Legal

OBS.:
1 – A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 – A declaração deve ser apresentada junto ao credenciamento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº003/FMI/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: Nº002/FMI/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, na forma e sob as sanções previstas na Lei 14.133/2021, que cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO exigidos para participação nesta licitação.
DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, na hipótese de falsidade da presente declaração.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do Representante Legal

A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
A declaração será prestada em campo próprio do sistema eletrônico e, quando solicitada em documento separado, apresentada na forma e no prazo previstos no item 13 do Edital.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 003/FMI/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: Nº 002/FMI/2026
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

MODALIDADE:
Nº LICITAÇÃO:
_____(identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de _____(identificação completa do licitante) doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item _____ do Edital _____(completar com identificação do Edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I. A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação nº___/20__) foi elaborada de maneira independente pelo (Licitante/consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação nº___/20__), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
II. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar (identificação da licitação nº___/20__) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
III. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
IV. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
V. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
VI. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firma-la.

Local e Data.
(assinatura do representante legal da empresa ou procurador habilitado)

- Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante da licitação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO VII

Minuta da Ata de Registro de Preços PREGÃO 002/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 003/FMI/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: Nº002/FMI/2026

Validade: 1 ano

Aos [dia] dias do mês de [mês] do ano de 2026, o MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, por intermédio **do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDO**SO, inscrito no CNPJ nº 26.708.668/0001-81, com sede em [endereço completo], neste ato representado por [nome e cargo da autoridade competente], resolve registrar os preços do fornecedor abaixo **identificado para a prestação de serviços de transporte por micro-ônibus e ônibus destinados aos grupos de idosos, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 002/FMI/2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação municipal aplicáv**el, do Edital e de seus anexos.

Participantes	**CPF/CNPJ**
XXXX

formalmente autorizadas. É vedada a adesão por órgãos ou entidades não par**ticipantes.**

3.2. Em cada contratação decorrente desta Ata serão observadas as cláusulas e condições do Edital e **d**e seus anexos, bem como a proposta adjudicada e os preços registrados na Cláusula I.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4.

4.1. O pagamento corresponderá exclusivamente aos serviços efetivamente executados e medidos, observados o item 27 do Edital e o item 14 do Termo de Referência. A dotação orçamentária será indicada em cada contratação decorrente desta Ata.

Dotação Orçamentária					
Dotação	**Órgao**	**Unidade**	**Ação**	**Elemento**	**Vínculo**

CLÁUSULA V - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2. Os serviços serão solicitados conforme a programação da Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Os veículos deverão apresentar-se no embarque com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, atendendo às condições técnicas e operacionais do Termo de Referência. A execução, as autorizações de viagem e a medição da quilometragem observarão integralmente o item 25 do Edital e o item 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

5. O descumprimento das obrigações sujeitará o responsável às sanções previstas no Edital e no contrato, observados os arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, a competência administrativa, a proporcionalidade e o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa. O cancelamento do registro será processado conforme as hipóteses e os procedimentos próprios, não se confundindo com sanção administrativa.

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6. O reajuste observará o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado e a aplicação do IPCA, na forma do Edital e do Termo de Referência. A revisão dos preços dependerá da comprovação dos pressupostos legais e da correspondente formalização. A realização de contratação direta não decorrerá automaticamente da incompatibilidade dos preços registrados com os de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. O cancelamento do registro observará as hipóteses previstas no Edital e na regulamentação aplicável, mediante decisão motivada e garantia do contraditório e da ampla defesa quando cabíveis. A forma de comunicação deverá assegurar a regular ciência do interessado e os prazos legalmente aplicáveis.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

8. As contratações e ordens de serviço serão autorizadas pela autoridade competente, observadas as atribuições do órgão gerenciador e da unidade requisitante. Cada ordem de serviço deverá identificar os elementos necessários à execução e à medição da viagem.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9. Compete à contratante cumprir as obrigações previstas no item 10.2 do Termo de Referência, especialmente programar e solicitar os serviços, fornecer as informações operacionais necessárias, fiscalizar a execução, registrar ocorrências e efetuar o pagamento pelos serviços regularmente executados.

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10. Compete à contratada cumprir integralmente as obrigações previstas no item 10.1 do Termo de Referência, incluindo disponibilização de veículos e motoristas, manutenção, abastecimento, seguros, pontualidade, segurança, comunicação operacional, tratamento adequado aos idosos e plano de contingência

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

para substituição de veículo ou condutor.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico nº **002/FMI/2026** e seus anexos, o Termo de Referência e a proposta do fornecedor registrado, independentemente de transcrição.

12.1 Fica eleito o foro de Tijucas - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Tijucas ,(**) de (********) de 2026.

MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CNPJ nº 26.708.668/0001-81
[Nome e cargo da autoridade competente] – Contratante
[Razão social, CNPJ e representante legal] – Fornecedor registrado

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO VIII

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL

1 - Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Portal de Licitações Licitar Digital, no endereço eletrônico: https://licitar.digital/.

2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Licitar Digital.

5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Tijucas e ao provedor do sistema Licitar Digital a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Licitar Digital.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

A [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [●], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO], por seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas da lei, para os devidos fins de direito, que não possui, entre seus sócios, administradores, representantes legais, prepostos ou procuradores, qualquer vínculo de parentesco, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, com agentes públicos responsáveis pela condução da presente licitação, designados como agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio, gestor ou fiscal de contrato, conforme previsto no art. 7º, inciso II, do Decreto Municipal nº 2.117/2023 de Tijucas/SC. Declara estar ciente de que a omissão ou falsidade de informações poderá ensejar a **exclusão do certame, quando configurado impedimento legal à participação, e a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das providências pertinentes à validade e à execução da contratação.**

Local e data

Assinado eletronicamente por:
MARIA EDESIA DA SILVA VARGAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
11/11/2026 10:42:25
Assinatura digital avançada.

_____

Assinatura e Carimbo (Representante Legal)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 10:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p320acf4601d79